

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

CAMILA VALENTIM SCHEREDER

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

MATINHOS

2019

CAMILA VALENTIM SCHEREDER

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Artigo apresentado como requisito
parcial à obtenção do título de
Especialista, Curso de
Especialização em Questão Social na
Perspectiva Interdisciplinar,
Universidade Federal do Paraná-
Setor Litoral.

Mediador: Marcos Aurelio Zanlorenzi

MATINHOS

2019



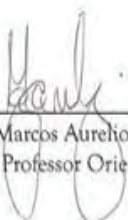
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

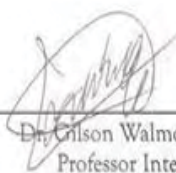


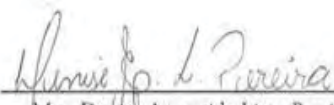
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

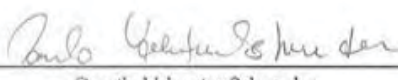
Os membros da Banca Examinadora designada pelo orientador Professor
* Dr. Marcos Aurelio Zanlorenzi, realizaram em 25 de outubro de 2019 a
avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante Camila
Valentim Schereder, sob o título "SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES", sendo quesito parcial para
obtenção do Título de Especialista no Curso de *Questão Social na Perspectiva
Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo
recebido conceito "APL".

Matinhos, 25 de outubro de 2019.


Dr. Marcos Aurelio Zanlorenzi
Professor Orientador


Dr. Gilson Walmor Dahmer
Professor Integrante


Msc. Denise Aparecida Lima Pereira
Professora Integrante


Camila Valentim Schereder
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

RESUMO

A Educação do Campo foi instituída como Política Pública Educacional no Paraná, por meio da Resolução nº 4783/2010 - GS/SEED, com o objetivo de garantir educação de qualidade aos povos do campo. É na busca pela efetivação desse direito às comunidades camponesas, que se destaca os desafios e possibilidades de atuação do assistente social na Escola do Campo. Cabe ao profissional do Serviço Social desenvolver e implementar metodologias que sejam condizentes com a realidade em que está inserido, nesse sentido, busca-se nesse estudo como objetivo principal, destacar, propostas e metodologias de trabalho desenvolvidas em construção conjunta com comunidade do campo e movimentos sociais. Tendo como base o relato de vivência da autora Daniele dos Santos Silva e a entrevista feita com a Assistente Social e militante do MST, Luana Lustosa, foi possível evidenciar métodos de trabalho voltados a ações interdisciplinares junto a comunidades do campo e aos movimentos sociais, destacando a importância do Assistente Social junto aos movimentos populares na busca pela garantia e ampliação dos direitos dos povos do campo.

Palavras chave: Educação do Campo, Serviço Social, Movimentos Sociais

RESUMEN

La Educación del Campo fue instituida como una Política Pública Educativa en el Paraná, a través de la Resolución Nº 4783/2010 - GS/SEED, con el objetivo de garantizar una educación de calidad a la población del campo. Es en la búsqueda de la realización de este derecho a las comunidades campesinas que se destacan los desafíos y posibilidades de acción de la trabajadora social en la Escola do Campo. Corresponde al profesional del Servicio Social desarrollar e implementar metodologías coherentes con la realidad en la que se inserta, en este sentido, este estudio busca resaltar propuestas y metodologías de trabajo desarrolladas en construcción conjunta con la comunidad rural y los movimientos sociales como su principal objetivo. A partir de la experiencia del autor Daniele dos Santos Silva y de la entrevista con la trabajadora social y militante del MST, Luana Lustosa, fue posible destacar los métodos de trabajo orientados a acciones interdisciplinarias con las comunidades rurales y los movimientos sociales, destacando la importancia [del trabajador social con los movimientos populares en la búsqueda de garantizar y ampliar los derechos de los pueblos rurales].

Palabras Clave: Educación de Campo, Servicio Social, Movimientos Sociales

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.” Freire (2003, p.61).

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	7
2.SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- LINHA DO TEMPO.....	8
3.A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO PARANÁ	10
4.DESAFIOS E POSSIBILIDADES- O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	12
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

A possibilidade de dar continuidade à proposta relatada na Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da UFPR Litoral: “A EXPERIÊNCIA DA VIVÊNCIA COMO PARADIGMA DE FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL”, foi o que motivou a escolha do tema desse trabalho, tendo com o objetivo problematizar a importância do Assistente Social na Educação do Campo, bem como explicar os desafios e possibilidade de atuação do profissional.

A educação no/do campo é uma ferramenta capaz de visibilizar os povos do campo, através dela é possível manter as origens culturais, promover a organização popular, gerir políticas públicas e sociais e mediar diálogos com o poder público e governamental, bem como fortalecer movimentos sociais.

É nesse sentido que se observa a atuação do assistente social junto às comunidades campesinas e dentro das escolas do campo, como um dever ético profissional, que deve ir além dos mecanismos dos órgãos públicos, na viabilização de metodologias que alcancem estas comunidades, propondo o acesso às políticas e programas sociais.

Ao longo do texto, apresento uma breve linha do tempo sobre a trajetória do Serviço Social na Educação, bem como o processo de implementação da Educação do Campo como Política Pública.

O texto tem como pilares principais o relato de atuação da Assistente Social Daniele dos Santos Silva, publicado na Monografia “A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR-SETOR LITORAL”, bem como a entrevista feita com a Assistente Social, militante do MST e acampada, Luana Lustosa.

O relato de experiência e a entrevista ocorrem em dois momentos políticos distintos para o Brasil, um é contextualizado durante o governo considerado de esquerda, de Dilma Roussef, e o outro após a eleição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019. Evidenciando que até o período de 2013, lutava-se para ampliar e implementar novas políticas públicas e sociais e pela efetivação de programas sociais, diferentemente

de hoje, que é necessário priorizar a busca por formas de combater o desmonte de direitos, a fim de evitar perder tudo o que a sociedade brasileira já conquistou como direito.

Destaca-se a disseminação de um discurso retrógrado e preconceituoso acerca dos povos do campo e dos movimentos organizados, como o MST, que dificulta ainda mais o processo desenvolvimento e busca por uma educação de qualidade, condizente com as comunidades do campo.

Ressalta-se a necessidade de reflexão do Serviço Social frente a conjuntura política atual, no que se refere a prática do assistente social a serviço do Estado ou sociedade civil. Pois percebe-se, na teoria em que está embasada a profissão, a ideia de construção de um profissional combativo, que tem o dever de fortalecer os movimentos sociais na luta pela gestão de direitos.

2. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- LINHA DO TEMPO

O Serviço Social reconhece, desde os primórdios da profissão, a busca por uma educação pública de qualidade como uma expressão da luta de classes, onde a população pobre reivindica a democratização do ensino e, é nessa perspectiva que se percebe a necessidade de inserção do Assistente Social nas escolas.

A escola é um espaço que proporciona à Comunidade vivenciar suas experiências, fazer trocas de conhecimentos e se reconhecer enquanto cidadãos de direitos e deveres. O papel da escola também deve ser o de formar pessoas críticas e conscientes da realidade em que vivem. Nesse sentido, as questões sociais são expressas no âmbito escolar, sendo ele formado por diversos sujeitos (professores, alunos, família, comunidade) e reproduzem ou transformam a realidade em que estão inseridos.

No ano 2000, o debate sobre o Serviço Social na Educação promovido pelo CFESS-CRESS, passou a ser fortalecido no Brasil e a fazer parte da agenda de lutas por meio de ações sistemáticas.

O CFESS (2012), através da Brochura Subsídios Para Atuação de Assistente Sociais na Política de Educação, destaca suas principais ações de maneira cronológica:

- 2000: Elaboração do parecer jurídico 23/2000, versava sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de Ensino Fundamental e Médio com base nas atribuições para exercício da profissão de Assistente Social, presente nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93;

- 2001: CFESS constitui um Grupo de Estudos Sobre o Serviço Social na Educação;

- 2004: O CFESS faz solicitação para elaboração de um parecer sobre projetos de lei que tinham como objetivo a inserção do assistente social na educação, que teve como resultado o documento “Parecer sobre os projetos de lei que dispõe sobre a inserção do Serviço Social na educação”;

- 2005: É instituída e apresentada no 34º Encontro nacional do CFESS-CRESS, uma comissão de trabalho formada por representantes do CRESS de cada região do país e representantes do CFESS;

- 2006: Acontece o 35º Encontro Nacional do CFESS-CRESS, onde é aprovado, pela primeira vez, a constituição de um Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação do conjunto CFESS-CRESS;

- 2008/2012: O Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação (GT SS), realizou a sistematização de leis e projetos de lei acerca do Serviço Social na Educação no âmbito municipal, estadual e nacional; incidiu para a ocorrência de adequação das legislações que apresentavam incorreções, tais como a identificação do serviço social com a política de assistência social, bem como a necessidade da ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”; gestão e acompanhamento frente aos projetos de lei e de emenda constitucional em trâmite no Congresso Nacional;

- 2010-2011: O GT SS elaborou uma metodologia para levantamento de dados referentes à inserção dos assistentes sociais na educação em todos os Estados;

- 2012: Articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação”, como atividades preparatórias para o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação.

O Documento “Subsídios para o Debate do Serviço Social na Educação” passa a ser uma ferramenta de apoio ao Assistente Social na defesa de

sua inserção nas escolas, pois evidência através da observação das expressões da questão social que compõe o ambiente escolar, que o profissional possui atributos para atuação, bem como competências orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP) , na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).¹

3. A EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO PARANÁ

A reivindicação por uma educação condizente com a realidade dos povos do campo é fruto de uma luta política marcada pela ação uma série de movimentos sociais em busca da construção de políticas públicas e pelo reconhecimento na legislação educacional nacional do direito dos povos do campo à educação.

NETO (2014), ressalta que estes movimentos em prol de uma educação de qualidade voltada aos povos do campo, vai muito além de questões como falta de investimento em transporte público ou da falta de escolas multisseriadas. Nela viu-se a possibilidade de construção de uma identidade política dos educandos.

para participar desta nova escola, nós, educadores e educadoras, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas. (MST, 1997, s/p).

O Movimento Nacional por uma Educação do Campo, articulado em 1998, define um projeto educativo pautado no trabalho coletivo, e é composto por elementos político-pedagógicos que articulam o desenvolvimento pleno do aluno, com o objetivo de desmistificar as ideologias que permeiam o senso comum em relação ao campo, bem como articular as lutas por melhores condições de vida.

¹ CFESS, 2012, p. 26. BROCHURA: Subsídios para o Debate do Assistente Social na educação. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em: 21 de julho, 2019.

A construção de projetos pedagógicos específicos para as comunidades do campo está assegurada no Art 28 da LDB nº 9394/96, que estabelece: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região.”

No Paraná, assim como no resto do país, a educação do campo também esteve desassistida e marginalizada, um marco para o processo de transformação na metodologia de ensino foram os “Cadernos de Subsídios ao Processo de Educação de Jovens e Adultos do Campo” (1992), publicados pelo Governo do Estado, tendo o MST e a Comissão Pastoral da Terra como seus interlocutores (SOUZA, 2002, p.201).

Experiências pedagógicas desenvolvidas com famílias do meio Rural através da Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (Apeart), cujas ações eram voltadas a boias-frias e indígenas, bem como as escolas itinerantes paranaenses², que trabalham na perspectiva da educação crítica e emancipatória de Paulo Freire, são referências que contribuem para o avanço e reforçam o debate sobre Educação do Campo no Paraná.

Em 2000, durante a “II Conferência Paranaense: Por uma Educação Básica do Campo”, foi criada a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, formada por diversos coletivos: MST, Assesoar, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Apeart, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crabi), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol/Baser), Departamento de Estudos Socio Econômicos Rurais (Deser), Fórum Centro, Fórum Oeste, Prefeitura Municipal de Porto Barreiro e de Francisco Beltrão, Universidades: UFPR, UEM, Unicentro e Unioeste.

No ano seguinte, a Articulação Paranaense definiu uma pauta para participar da semana de lutas pela agricultura, dentre os itens reivindicados estão a construção de dois cursos que deveriam ser implementados Coletivamente pela Articulação o Ensino Médio e Pós-Médio e o Curso de

² SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, 2006, p.21. Diretrizes curriculares da Educação do Campo.

Pedagogia da Terra, bem como a criação de um departamento específico para a Educação do Campo.

Após a mudança de governo, em 2002, foi criada na SEED-PR a Coordenação da Educação do Campo, a partir de então a educação do campo passou a ter um espaço de articulação entre o poder público e a sociedade civil organizada. Segundo a SEED - PR (2006), a dificuldade de elaborar propostas estava na disputa por interesses políticos presentes no governo, e atrelada a dilemas da sociedade.

A Resolução nº 4783, que Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e à qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, foi aprovada em 18 de novembro e 2010.

Diante do histórico de lutas por uma educação de qualidade e que atenda às necessidades das comunidades do campo, percebe-se que o processo de conquistas, no que se diz respeito a aprovação leis que permitam buscar a melhoria e a garantia de direitos, é relativamente lento no país, e depende efetivamente da luta unificada de movimentos e da pressão popular.

4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES - O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Após o período ditatorial, na década de 70, os profissionais do Serviço Social passaram a adotar um posicionamento crítico em relação à perspectiva positivista e cristã que norteava as ações, até então assistencialistas, atendendo o indivíduo como a “causa do problema”, nesse mesmo período, a categoria servia como uma ferramenta do Estado para adequar as demandas da ditadura.

A consciência da ineficácia social das políticas sociais atreladas a um Estado comprometido com um processo de expansão capitalista monopolista, principalmente como resultado da conjuntura de luta que se instala no país a partir dos movimentos sociais, levam o Serviço Social a rever suas propostas de ação (SPOSATI, 2008, p. 52).

No entanto, nesse período o Serviço Social não se sustentava em uma teoria capaz de contribuir para compreensão dos fundamentos da profissão. Ainda no início dos anos 90, tendo como desafio compreender e intervir frente as expressões da questão social, decorrentes do processo de reestruturação produtiva, a “contra-reforma” e a flexibilização do mercado de trabalho, que afetam a classe trabalhadora, a profissão passa a aprofundar o estudo sobre as contribuições marxianas e adota um discurso baseado no materialismo histórico dialético.

A reestruturação do código de ética profissional em 1993, juntamente com a lei de regulamentação profissional e as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social – ABESS em 1982, permitiram ao Assistente Social repensar seu compromisso com a classe trabalhadora e contribuíram para o posicionamento crítico da profissão.

A esta superação, denomino apropriação da vertente crítico-dialética. Ela é algo bastante recente, datando de meados dos anos 90, e seu significado pode ser considerado como um salto qualitativo nas aproximações sucessivas entre o Serviço Social e tradição marxista, pois tem permitido a explicitação de questões fundantes na efetivação da ruptura com o tradicionalismo(...) (SANTOS, 2007, p. 07).

Este processo de rompimento com o conservadorismo é, ainda, um desafio que se destaca desde a formação do profissional contemporâneo, ora pelo engessamento dos métodos de educação, ora pela perspectiva de atuação dentro do sistema governamental, que tente a programar e limitar a ação do Assistente Social.

Como reforçar e consolidar este projeto político profissional em um terreno profundamente adverso; como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios éticos políticos que o norteiam. Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de/adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO, 1998, p.113-114).

Diante desse questionamento feito pela autora Marilda Iamamoto, que ainda é comum nos espaços de formação, percebe-se a necessidade de socializar através deste texto, práticas de Assistentes Sociais desenvolvidas a partir de uma formação baseada no compromisso com a realidade em que estão inseridos, no fortalecimento da profissão junto aos movimentos sociais e na interdisciplinaridade, para o enfrentamento das expressões da questão social, usando como recorte o Serviço Social Educação do/no Campo.

Nesse contexto, através relato de experiência contido na Monografia da Assistente Social Daniele Dos Santos Silva, sob o título: “A formação do Assistente Social na UFPR- Litoral: Relato de Experiência”, publicado em 2014, é possível evidenciar primeiramente a transformação que ocorre no processo de formação de um profissional em uma Universidade que dispõe de um Projeto Político Pedagógico que assume um compromisso com a sociedade, atrelando as competências éticas e diretrizes de atuação dos cursos ofertados a uma proposta de trabalho voltada à compreensão e exercício da interdisciplinaridade e ao desenvolvimento de projetos com base na realidade local.

Este espaço é inovador comparando a outras práticas pedagógicas das Instituições de Ensino Superior no Paraná, visto que, ao iniciar o curso o(a) aluno(a) já tem a oportunidade de iniciar ao mundo da pesquisa, isto é, desenvolver com bases científica e aplicando em uma realidade local escolhida pelo aluno(a) que vem de encontro com as necessidades para o desenvolvimento social e sustentável da cidade e ou da região. Assim, representa uma porta de entrada para a identificação das demais demandas, e oportunidade de vincular projetos e regularizar a participação em programas que supram essas necessidades; nada me parece mais íntimo na compreensão e intervenção na formação acadêmica... (SILVA, 2015, p. 27)

Além de ressaltar os desafios e possibilidades do próprio processo de formação do Assistente Social, como reflexões sobre a dificuldade de compreender e se adequar a um sistema novo de ensino, que propõe a autonomia do desenvolvimento profissional, a autora, também relata sua experiência de trabalho na Escola Rural do Morro Alto - Morretes, junto da Universidade e do Movimento Social “Coletivo Águas de Março”,

apresentando seu método de intervenção e desafios presentes na busca por assegurar os direitos das comunidades campesinas.

Contextualizando, o trabalho de Daniele, enquanto assistente social em formação, se iniciou no Bairro Floresta - Morretes e seu Projeto de Aprendizagem “Saúde Bucal nas Escolas” foi desenvolvido na Comunidade de Morro Alto - Morretes (ambos os bairros encontram-se situados no meio rural da cidade), e serviu não só com o objetivo de promover a saúde na comunidade, mas também como um método de aproximação entre Universidade e Moradores, após essas comunidades terem sido fortemente atingidas por um Evento Natural em 11 de março de 2011³, que causou enchentes e deslizamentos, desabrigando diversas famílias e agravando questões que elas já enfrentavam, como a falta de saneamento adequado e a precariedade das estradas e pontes que interligavam os bairros. A Escola Morro Alto serviu como uma ferramenta para evidenciar as demandas da população, porém, uma das emergências era justamente o risco de fechamento dessa mesma Escola, por não estar constando seu registro no censo escolar.

Com o apoio da Professora Silvana Hoeller e do professor Mauricio Cesar Fagundes que atuavam com o Projeto de Educação do Campo que vem contribuir para a qualificação dos docentes das escolas do campo, levaram até a escola a possibilidade da organização de uma Unidade Executora – Uex - na escola, unidade que precede a organização da Associação de Pais e Mestres e Funcionários – APMF – mas que tem a mesma possibilidade representativa e gestora dos interesses da escola e comunidade. Embasados no protocolo estipulados pelo MEC, iniciamos as atividades as discussões junto à comunidade para avaliar seu interesse de efetivação desta sua primeira e histórica organização que potencializaria a continuidade novos projetos e autonomia da comunidade.

Em 14-06-2012 realizamos a primeira reunião comunitária na escola do Morro Alto, novamente a comunidade discute seus problemas e os professores acima citados apresentam a UEx como uma possibilidade de organização da sociedade civil, para captação de recursos e gestão sobre seus próprios interesses. Ficou acordado que as famílias conversariam e buscariam seus representantes para que a eleição fosse feita e em 30-06-2012 o Sr. Edson Alves foi eleito como presidente e discursou em agradecimento a data histórica marcada pela fundação da primeira Associação do Morro Alto, e relatou as intenções e pretensões de busca das realizações das políticas públicas que

³ Águas de Março - O Filme, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/tQVgtR55AmU>

lá não existem e que lhes são de direito, visto que o único equipamento social público que dispõem é a Escola e que está ainda corre risco de fechamento, é preciso pensar no futuro das crianças e jovens moradores do Morro Alto (SILVA, 2015, p. 19).

O Relato da Assistente Social evidencia a importância do olhar do profissional do serviço social em conjunto com a comunidade e escola. Permite perceber que os métodos de aproximação para levantamento de demandas, não precisam estar diretamente ligados à profissão, dessa forma, podem ser desenvolvidos de maneira interdisciplinar e sempre junto aos moradores. Em relação a Escola Morro Alto, a luta não se deu apenas para que não houvesse o fechamento da mesma, mas também na busca por melhores condições para propor uma educação condizente com a realidade local, pois Morro Alto, enquanto escola rural, não dispunha da proposta de atuação pautada na Política Pública de Educação no Campo.

No período de 22 à 24 de agosto de 2013 tivemos a oportunidade de participar do encontro Paranaense por uma Educação do Campo, movimento que luta por uma política pública que garanta aos povos do campo, das florestas e das águas seus direitos. Educação do Campo no lugar onde vivem. A efetivação desta política pública seria de grande importância para garantia de educação de qualidade, ampliação da perspectiva da emancipação do sujeito no seu meio, e partindo de suas experiências de vida. Tornando o campo um horizonte valorizado pelo seu povo, com possibilidades de qualidade de vida e bem estar.

Diferente da realidade que comentou Sr. Edson no dia 25/02/13: “na década de 60 a comunidade vivia bem, a grande parte dos moradores garantia sua alimentação através da agricultura familiar. Plantavam para consumo próprio (arroz, feijão, milho, mandioca...). Há 30 anos surgiu a comunidade Palpiteira, que sobreviviam da extração e comercialização do palmito nativo que, com o tempo, foi se tornando escasso. Com a restrição ambiental para a produção e devido as dificuldades como furtos e trabalho na região, nos dias de hoje muitos foram seduzidos pelo trabalho fora da comunidade nas empresas como ALL, Ecovia, buscando a garantia de um salário fixo.”

Esta relação entre educação escolar e evasão das comunidades do campo contida no relato de Daniele Silva, bem como a luta pela efetivação da Política de Educação no Campo, sob o olhar do Assistente Social, também é relatada na entrevista desenvolvida para este trabalho em

setembro de 2019, feita com a entrevistada Assistente Social militante do MST e acampada Luana Lustosa.

A entrevista com a Assistente social Luana Lustosa, foi redigida a partir das seguintes perguntas:

A) Quais os desafios do assistente social junto às comunidades do campo?

R: *O desafio é que as políticas públicas e sociais alcancem os povos do campo, é preciso garantir que os assistentes sociais (na formação e prática) considerem o planejamento, implementação e avaliação de políticas e programas sociais junto ao povo do campo organizado, no caso, os movimentos sociais e comunidades tradicionais. Durante a formação nós estudamos as cidades, mas o campo não aparece como uma prioridade, assim a pessoa que sai do campo fica sem a terra e a que fica no campo fica sem acessar as políticas e programas sociais. Porque o Serviço Social, o conceito de cidadania e políticas públicas está quase restrito a vida na cidade, isso também se deve ao processo de êxodo rural no período de industrialização do Brasil, então houve o interesse do sistema econômico e político, que teve necessidade dessas pessoas migrando para os grandes centros, onde se intensifica o empobrecimento, a fome, atraindo a pessoa com emprego, acesso ao dinheiro, propondo acesso a tecnologia e outros bens, e ao mesmo tempo ridicularizando a cultura dos povos rurais, tratando as pessoas que moram no campo como “burras”, atrasadas, sem saúde, disseminando um estereótipo que afirma ser a cidade sendo um espaço melhor para se viver e o campo não. Com o “avanço” da agricultura no processo da revolução verde nos anos 70, isso se intensifica mais, no período onde se compra o “pacote”: máquinas, sementes e veneno, ocorre uma mecanização do cultivo e exige cada vez menos mão de obra, é a expansão do agronegócio. A criação de Programas e Políticas voltadas a qualidade de vida e permanência dos povos no campo, ocorreu durante o período dos governos considerados de esquerda, o Estado passa a alcançar os povos propondo incentivos a agricultura familiar, os*

acampamentos e assentamentos do MST, não se caracteriza de maneira estrutural, com uma Reforma agrária, mas com programas, que são muito mais frágeis e que se desmantelam com muita facilidade, diferente da Política Pública de educação do Campo aprovada em 2010, que contempla todos os povos do campo (ilhéus, ribeirinhos, faxinalenses, indígenas, quilombolas, assentados e acampados...), que garante que toda criança tem direito a educação, independentemente de onde ela more, a educação é que tem que ir até ela.

B) Por que é necessária a busca pela efetivação da Política de Educação do Campo nas escolas do meio rural?

R: A partir do momento que se tira uma escola do campo, se mata a comunidade, porque quando a pessoa que cresceu em determinada comunidade, e hoje, tem um filho (considerando as mudanças no Estatuto da Criança e do adolescente, que a criança não mais tem só o direito, mas também o dever de ir à escola), e se a escola fecha a família precisa sair da comunidade para cumprir a lei, e assim se destrói muitas comunidades. No caso de Morretes, por exemplo, as escolas rurais não estão ligadas as políticas de educação do campo, elas teriam que passar por um processo de transição, que envolve burocracia, adaptação no currículo escolar, mas que permitiria que o ano letivo bem como os conteúdos tratados em aula pudessem ser adaptados a necessidade e a realidade dos alunos.

C) Qual é o papel do Assistente Social junto às comunidades do campo na implementação da Política de Educação no Campo?

R: O serviço social e os movimentos sociais têm que trabalhar juntos, um serviço social combativo e fortalecendo o poder popular. No período antes do golpe (ela refere-se ao período de governo Lula e Dilma), quando tínhamos um estado ampliado, com políticas e programas para população empobrecida, que alcançou também os povos do campo, mesmo que de

uma maneira muito genérica, mesmo com esses avanços, no campo não existem mecanismos como CRASS, CREAS, ou até mesmo um postos de saúde, o que tem, as vezes, é a escola, o acesso é sempre muito difícil, quem permanece no campo é por resistência e por ter o mínimo acesso à terra que permite a sobrevivência. A gente precisa honrar nosso compromisso ético, temos a função de se aproximar dos movimentos sociais, na luta pelo acesso à terra e pelo acesso a todas as políticas públicas, especialmente para quilombolas, povos originários e movimentos sociais organizados, como é o MST, e nesse momento político isso se acirra, e temos a necessidade de conhecer cada vez mais, a educação no campo é isso “do e no campo”, é a comunidade organizada, que tem que saber o que quer aprender, o que é importante aprender, que dias aprender, é uma educação popular construída pelas próprias pessoas, saúde popular, resgatando todo conhecimento tradicional dessas comunidades que ainda não estão inseridas nos padrões urbanos, a educação tem um papel fundamental na construção dos seres.

O trabalho de Daniele dos Santos Silva e a entrevista com Luana Lustosa demonstram que a escola no campo é, muitas vezes, o único espaço onde as famílias camponesas (sejam assentadas, ribeirinhas, indígenas ou quilombolas), têm a oportunidade de se organizar e buscar um diálogo com o Estado, a fim de viabilizar o acesso às políticas públicas e sociais, bem como o acesso a programas voltados ao campo. Nesse sentido, cabe ao assistente social não só viabilizar às comunidades do campo o acesso aos seus direitos básicos, mas é necessário conhecer e integrar a educação popular, propor métodos de enfrentamento a políticas que criminalizam os movimentos sociais do campo, que impedem a abertura de Escolas no Campo, viabilizar diálogos entre sociedade civil e Estado, bem como a inserção desses movimentos em espaços de discussão de direitos e criação de políticas públicas e sociais.

Como afirma a Assistente Social Luana Lustosa, é necessário ressaltar a emergência de profissionais críticos, combativos e cientes da conjuntura política atual, pois, no que diz respeito aos programas sociais voltados ao campo, eles podem facilmente fazer parte do desmonte de direitos

ocorridos desde o início do mandato presidencial de Jair Bolsonaro em 2019, que demonstra ser um retrato da falta de conhecimento e do preconceito aos povos do campo e movimentos sociais que buscam defender os direitos das minorias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação do Assistente Social ainda não abrange discussões sobre todas as expressões da questão social, em especial aquelas relacionadas às comunidades do campo, a profissão ainda está muito ligada aos órgãos de atendimento urbanos e a ações mecanizadas dentro do Estado, no entanto, a partir do relato de experiência apresentado anteriormente e da entrevista, é possível perceber que existem propostas de atuação que rompem com o senso comum, tanto dentro, quanto fora da Universidade.

Em relação a atuação do profissional de serviço social junto as comunidades do campo, o desafio não está só na formação, período em que pouco se discute a importância da educação popular, bem como a possibilidade de atuação do assistente social nas escolas do campo, sendo esse órgão municipal ou estadual muitas vezes o único espaço que pode servir como uma ponte para viabilizar diálogos entre as comunidades e o poder público. Também é um desafio ao assistente social romper com o sistema de atendimento padronizado, a fim de buscar metodologias que contemplem as especificidades do campo.

Dentre as possibilidades do Assistente Social na defesa gestão da Política de Educação do Campo, está a possibilidade de promover com as comunidades o fortalecimento da organização comunitária, a permanência dos povos no campo e o alcance de outros direitos, como a saúde, alimentação e mobilidade.

É preciso problematizar o papel do assistente social contemporâneo frente ao desmonte de direitos que permanece desde o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e que vem se agravando após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019, como Presidente da República.

Nesse período, é necessário ao profissional refletir sobre a serviço de quem ele está: do Governo ou da população, como defende o código de ética profissional e as diretrizes de atuação? Pois discute-se tanto o protagonismo do serviço social na criação, gestão de políticas públicas e manutenção de programas sociais, mas para que isso de fato ocorra, na conjuntura atual, é preciso ser combativo e fortalecer os movimentos sociais para dar força as comunidades na luta por manter direitos já conquistados e na viabilização de novas propostas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

CFESS. **BROCHURA: Subsídios para o Debate do Assistente Social na educação**. 2012, p. 26 Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em: 21 de julho, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro**. Brasília: UnB, 1997

RESOLUÇÃO Nº 4783/ 2010. **Institui a Educação do Campo como Política Educacional**, disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69377&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 15 de Julho de 2019.

SANTOS, André Michel dos. **A Política de Educação no Brasil: Implantação do Serviço Social Escolar**. Disponível em: <https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/a-politica-educacao-no-brasil-implantacao-servico-.htm>. Acesso em: 10 de Julho de 2019.

SANTOS, Joseane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. Cadernos Especiais**. N.42, Edição 22 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2007. Disponível em: < [http:// www.assistente social.com.br](http://www.assistente social.com.br)>. Acesso em: 15 de Setembro de 2019.p.7.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação do Campo**. 2006, p.21.

SILVA, Daniele dos Santos. **A Formação do Assistente Social na UFPR-Setor Litoral**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Assistência na Trajetória das Políticas Brasileiras: Uma Questão em Análise**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008. P.42-52.